



Ao Governo do Estado do Rio de Janeiro

**À Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação Fundação de Apoio a
Escola Técnica**

À Assessoria Especial – Setor de Licitações

REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2022

AMAZON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES (antiga Terceirize Multisserviços Ltda), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.980.538/0001-78, com sede à Av. Presidente Vargas, 3131, sala 602, Cidade Nova, Rio de Janeiro, CEP: 20210-030, Inscrição Estadual Isenta, representada por seu sócio, Rodrigo Pimenta Teixeira, com fulcro no artigo 109 § 2º da LEI 8.666/93 e item 13 do Edital, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face de sua inabilitação, tendo em vista que preenche todos os requisitos dispostos no ato convocatório e deveria ter sido declarada habilitada, conforme razões de fato e de direito que serão expostas.

1 - DA TEMPESTIVIDADE



Considerando o prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da lavratura da ata, portanto a apresentação do presente é tempestiva, conforme estipula o Art. 109, §2º da Lei nº 8.666/93.

2 – DOS FATOS

A recorrente restou inabilitada, pois conforme a ilma comissão, não atendeu os requisitos de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA previstos no edital, a saber o item 9.3.4 .

Assim dispõe o item 9.3.4:

9.3.4 Prova de possuir no Acervo Técnico da empresa, atestado(s) de execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, emitidos por entidades de direito público ou privado, observando ainda as exigências previstas no item 6 (Das parcelas de maior relevância) do Anexo I (Projeto Básico)

Ao se analisar o item 6 do Anexo I, se encontra:

6.1.2. Deverá ser apresentado atestado de capacidade técnica comprovando a execução dos serviços abaixo, acompanhado de Certidão de acervo técnico (CAT) expedido pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo):

CÓDIGO EMOP DESONERADO	DESCRIÇÃO	UN
14.003.0028-A	JANELA DE ALUMINIO ANODIZADO AO NATURAL DE CORRER, COM DUAS FOLHAS FIXAS E DUAS FOLHAS DE CORRER, EM PERFIS SÉRIE 28. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M2

A recorrente cumpriu todos os itens do edital, devendo ter sua habilitação deferida, conforme será demonstrado.



3. DO OBJETO DA LICITAÇÃO E DA PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA

Ao se analisar o objeto da presente licitação, assim estão dispostos os itens:

2	REFORMA DA UNIDADE										
2.1	ESQUADRIA E SISTEMA DE VEDAÇÃO (PAINÉIS)										
2.1.1	05.001.0078-0	05.001.0078-A	REMOCAO DE DIVISORIAS DE MADEIRA,PRE-MOLDADAS,PRESNADAS OU SEMELHANTES	M2	366,16	R\$	8,52	R\$	3.119,68	R\$	2.702,20
2.1.2	05.001.0134-0	05.001.0134-A	ARRANCAMENTO DE PORTAS,JANELAS E CAIXILHOS DE AR CONDICIONADO OU OUTROS	UN	76,00	R\$	24,11	R\$	1.832,36	R\$	1.587,60
2.1.3	14.003.0028-0	14.003.0028-A	JANELA DE ALUMINIO ANODIZADO AO NATURAL DE CORRER,COM DUAS FOLHAS FIXAS E DUAS FOLHAS DE CORRER,EM PERFIS SERIE 28,FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	364,67	R\$	504,01	R\$	183.797,32	R\$	175.548,40
2.1.4	14.004.0015-0	14.004.0015-A	VIDRO PLANO TRANSPARENTE,COMUM,DE 4MM DE ESPESURA,FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	364,67	R\$	106,64	R\$	38.888,40	R\$	37.998,60
2.1.5	14.004.0205-0	14.004.0205-A	PELICULA REFLETIVA DE CONTROLE SOLAR,FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	364,67	R\$	21,03	R\$	7.669,01	R\$	7.487,60
2.1.6	14.002.0133-0	14.002.0133-A	GRADE DE FERRO FORMADA DE BARRAS VERTICAIS DE 1,1/2"X3/8" ACADA 10CM,QUATRO BARRAS HORIZONTAIS DE 2"X3/8" CHUMBADAS NOVAO,SENDO DUAS DAS EXTREMIDADES E DUAS DIVIDINDO A GRADE EM3 PARTES IGUAIS,COM MONTANTES DE 1,1/2"X1,1/2" A CADA 2,00MCHUMBADAS POR BAIXO E POR CIMA DA GRADE,FORNECIMENTO E COLOCACAO	M2	364,67	R\$	892,76	R\$	325.562,78	R\$	309.085,10
			PEITORIL DE CONCRETO ARMADO,SECAO EM T,70X20CM,ESPESURA DE12CM,CONCRETO FCK=15MPA,FORMA DE CHAPAS COMPENSADAS,ACABAMENTO DESEMPENADO,CONFORME PROJETO TIPO N°8061/EMOP,FORNECIMENTO E COLOCACAO	M	93,12	R\$	332,24	R\$	30.938,18	R\$	28.920,20
2.1.8	05.100.9999-0	05.100.9999-A	INDICE GERAL DA CONSTRUCAO CIVIL (PREDIOS PUBLICOS)	UR	1,00	R\$	6.580,00	R\$	6.580,00	R\$	5.974,00
SUBTOTAL R\$							598.387,73	SUBTOTAL R\$		569.293,90	

Percebe-se que o “item 2.1.3, código 14.0003.0028-A, janela de alumínio” não se trata de serviço de maior complexidade técnica e não representam grande vulto econômico em relação ao valor global do contrato:

É questão pacífica que a Administração Pública ao exigir atestados para fins de comprovação de capacidade técnica-profissional, via de regra não deve exigir quantitativo a 50% do serviço que se pretende contratar, conforme entendimento há muito tempo já pacificado no Tribunal de Contas da União:

“ Assim, sempre de acordo com o entendimento do TCU, em regra, salvo situações excepcionais devidamente justificadas, o quantitativo mínimo exigido como qualificação técnica não deve ser superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar (v.g. Acórdãos Plenário 737/2012 e 827/2014). Isso porque entende-se que quem executou o equivalente à metade do quantitativo licitado teria condições



de crescimento operacional para executar a totalidade do objeto a ser contratado.” (Acórdão 2924/2019 – TCU Plenário)

Desse modo, o “item 2.1.3, código 14.0003.0028-A, janela de alumínio” não se trata de parcela de maior relevância e a exigência de comprovação de capacidade técnica-operacional referente a esse item não atinge o objetivo de demonstrar aptidão para execução do serviço nos termos do edital.

4. DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE ATESTADO IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO

A Administração pública exigiu atestado de capacidade técnica IDÊNTICO ao item licitado.

6.1.2. Deverá ser apresentado atestado de capacidade técnica comprovando a execução dos serviços abaixo, acompanhado de Certidão de acervo técnico (CAT) expedido pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo):

CÓDIGO EMOP DESONERADO	DESCRIÇÃO	UN
14.003.0028-A	JANELA DE ALUMINIO ANODIZADO AO NATURAL DE CORRER, COM DUAS FOLHAS FIXAS E DUAS FOLHAS DE CORRER, EM PERFIS SÉRIE 28. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	M2

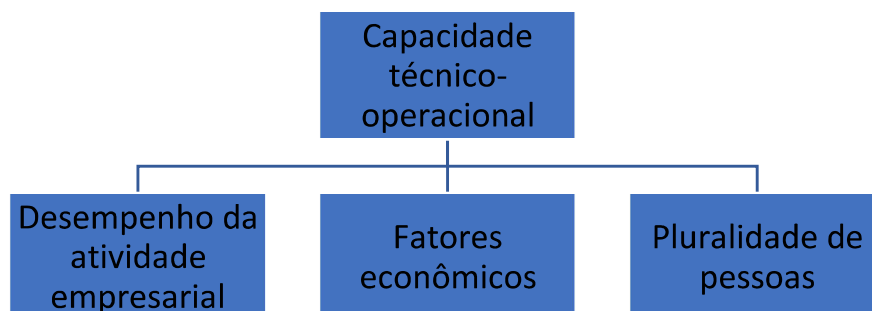
Não existe embasamento legal algum para exigir que conste no atestado aptidão de objeto idêntico ao item licitado! Muito pelo contrário, existe VEDAÇÃO LEGAL (Lei 8.666/93, art. 3º) para tal exigência totalmente descabida.

Importante destacar que o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal prevê que o procedimento licitatório “somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.



5. DA CAPACIDADE TÉCNICA

Conforme entendimento do TCU a qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial, com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. Não podendo essa capacidade se limitar ao atestado idêntico ao item licitado:



Desse modo, se tem que as licitantes devem preencher os três itens que compõem a definição de capacidade técnico-operacional, bem como a exigência do art. 30, § 10 da Lei 8.666/93.

Mesmo diante da documentação apresentada pela recorrente a Administração Pública entendeu que o subitem 9.3.4 não foi atendido, pois não apresentou atestado IDÊNTICO ao item licitado. Manter a inabilitação da recorrente na forma que está, gera o indesejado efeito de restringir a competitividade da licitação, afastando do certame potenciais competidores e malferindo os princípios da isonomia e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.



5. DO FORMALISMO MODERADO E DA SIMILARIDADE

O edital exige que a comprovação de experiência tenha sido exclusivamente “item 2.1.3, código 14.0003.0028-A, janela de alumínio”, com características idênticas ao objeto desta licitação, não justificando porque o edital está assim especificado.

O próprio objeto do edital estabelece: contratação de empresa especializada, devidamente regularizada, para prestar, junto a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, OBRA DE REFORMA NAS DEPENDÊNCIAS DA UNIDADE E.T.E JUSCELINO KUBITSCHEK .

Não apresenta justificativa alguma para restrição que faz, de exigir atestado IDÊNTICO AO LICITADO. Sendo certo que é possível a comprovação de aptidão técnica por atestados de serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior. Conforme previsto no próprio edital:

6.2.1 Para fins de comprovação ao que se pede acima a empresa deverá ser apresentado atestado firmado por órgão público ou por empresa privada, comprovando haver a empresa licitante executado serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao desta licitação, em conformidade o disposto no art. 30, inciso II, §§ 2º e § 3º da Lei Federal nº 8.666/93, que poderão constar de atestados diversos, desde que cada item esteja integralmente comprovado em um deles.

É esse o entendimento pacificado do Tribunal de Contas da União, no sentido de admitir a comprovação de aptidão por meio de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, a teor do que dispõe o art. 3º do art. 30 da Lei de Licitações.



Assim, a comprovação do licitante de que executou serviços similares basta para comprovar a capacidade técnica-operacional, conforme supra demonstrado.

Manter o edital da forma que está, gera o indesejado efeito de restringir a competitividade da licitação, afastando do certame potenciais competidores e malferindo os princípios da isonomia e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Importante destacar que o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal prevê que o procedimento licitatório *“somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”*.

Muito embora, a Lei de Licitações, tenha indicado em seu art. 30 que podem ser exigidos atestados com o objetivo de comprovar a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, bem como a qualificação da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, a interpretação deve ser feita à luz da Constituição Federal.

Decorre dessa previsão o enunciado da Súmula 263 do TCU que indica ser legal para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, admitindo a similaridade com o objeto a ser contratado, *“a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”*

Desse modo, a apresentação de atestados visa demonstrar que a licitante já executou, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração - a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado.



Nesta mesma linha de afastar possíveis formalismos excessivos nos atestados, o Tribunal de Contas da União tem posicionamento sólido e inclusive determina que havendo qualquer dúvida nos atestados é dever da Administração Pública realizar a competente diligência:

Licitação para contratação de bens e serviços: **As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário** (...). **Ao examinar o assunto, a unidade técnica considerou que a inabilitação, pela razão apontada, denotaria excesso de rigor formal, pois a declaração da empresa eliminada afirmava não haver menores trabalhando em seus quadros. Assim, ainda para a unidade responsável pelo processo, “a partir dessa declaração, o gestor público somente poderia concluir pela inexistência de menores aprendizes. Afinal, menores aprendizes são menores. Precedente citado: Acórdão nº 7334/2009-Segunda Câmara. (Informativo de Jurisprudência sobre Licitações e Contratos nº 74 do Tribunal de Contas da União, Acórdão nº 2003/2011-Plenário, TC-008.284/2005-9, Rel. Min. Augusto Nardes, 03.08.2011).**

Assim, visando a atender ao princípio do formalismo moderado e da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, sem ferir a isonomia entre os partícipes e a competitividade do certame a habilitação da recorrente é a medida que se impõe.

6. REQUERIMENTOS

Diante do exposto, e considerando que a AMAZON preenche todos os requisitos de habilitação dispostos no Edital, requer ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação a reconsideração da decisão de inabilitação da recorrente, visto que não restou



demonstrado no processo licitatório o motivo da exigência exclusiva de atestado IDÊNTICO ao objeto da licitação ser indispensável à garantia do cumprimento dos serviços a serem contratados, em respeito ao art. 3º e 30 da Lei 8.666/1993 e ao princípio da razoabilidade, previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

Requer ainda, vistas ao Ministério Público, pois presente possível repercussão patrimonial relevante, sendo caso de intervenção do Parquet, nos termos da Deliberação OECPJ nº 30, de 29.08.2011, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e da Recomendação nº 34, de 05.04.2016, do Conselho Nacional do Ministério Público

Rio de Janeiro, 05/05/2022

AMAZON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES

Rodrigo Pimenta Teixeira